

O Plano Estrutural de Ocupação Territorial do DF

Discordo de qualquer solução que possa levar à ocupação territorial do DF ao sufoco do entulho urbano e das megalópoles.

Em resumo, não creio que Alternativa 2 seja a melhor opção de ocupação territorial do DF em sua fase prioritária pelas seguintes razões:

1. Não satisfaz as principais linhas de atuação do "PERGEB - Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília" - que tem "o objetivo de proporcionar a Brasília condição para o exercício efetivo de sua função de integração nacional e para a consolidação de sua escala regional". As suas principais linhas de atuação visam:

a) "Preservar o caráter político-administrativo e cultural da capital do país".

Prefero relacionar esta análise crítica às realizações nos campos do desenvolvimento social e urbano, da infra-estrutura física e do apoio aos setores produtivos que são as principais linhas de atuação do PERGEB, programa ou documento anterior à elaboração do PEOT, do que relacioná-las às metas do PEOT criadas de acordo com a conveniência das Alternativas propostas ou de uma solução possivelmente preconcebida.

A concentração maior de população em áreas contíguas, a cerca de 20 Km da Cidade-Capital, quatro vezes mais populosa do que Brasília e candidata ao dobro dessa população a curto prazo, não corresponde ao espírito da estrutura urbana proposta para Brasília e ao pensamento expresso em seu relatório.

O PEOT inicia propondo a consideração das principais linhas de atuação do PERGEB (Pg. 27 - PEOT Vol. I) e conclui com a opção pela Alternativa 2 que, de fato, representa o inverso daquelas linhas de atuação, de importância fundamental para a Organização Territorial do DF.

b) "Reduzir a taxa de expansão demográfica do Distrito Federal, através da abertura de oportunidades alternativas de absorção da mão-de-obra migrante na Região Geoeconômica de Brasília".

A Alternativa 2 propõe a locação concentrada inicial de 1.555.000 habitantes até o ano 2000, entre Ceilândia/Taguatinga e Gama com características que permitem e evidenciam dobrar essa previsão populacional nos próximos 20 anos e que atuará como atrativo para aumentar o fluxo migratório para o DF.

Contrariando a intenção proposta neste item b, a Alternativa 2 propõe a locação do acréscimo populacional de Brasília de cerca de 963.000 habitantes concentrados em 5.922 ha da área rural situada entre Ceilândia/Taguatinga e Gama, seis novos assentamentos urbanos contíguos que, somados às suas 3.178 ha de áreas complementares localizadas entre os seis novos assentamentos urbanos, exigirá a criação de, pelo menos, 270.000 empregos novos. Nesse mínimo não estou incluindo o atual desemprego do DF, cerca de 25.000 desempregados e aos que chegam todos os dias de regiões menos favorecidas, o fluxo migratório normal.

A ocupação sugerida para a área contígua a Taguatinga, ao longo da EPCT - centros de pesquisa, universidades, etc... - é desaconselhável pela admissão e permanência prolongada de uma grande população estudantil e universitária que contribuiria certamente para agravar o problema sanitário da Bacia do Paranoá. A proposta toma um aspecto mais grave quando ela menciona a possibilidade de localização, também nessa área ao longo da EPCT, "de uma zona comercial e de atividades que, estendendo e fortalecendo, o atual centro comercial de Taguatinga, fizesse com que o mesmo passasse a funcionar como catalisador do aglomerado urbano em formação".

Isto seria ampliar e diversificar a destinação do uso do solo desta área com consequências imprevisíveis para a Bacia do Paranoá e para o cinturão verde da Cidade-Capital.

c) "Evitar a pressão direta sobre o equipamento urbano instalado em Brasília fortalecendo os subcentros polarizadores da Região Geoeconômica de Brasília através da oferta de serviços à população regional".

Numa sociedade de economia carente como a nossa, o equipamento urbano instalado nunca é suficiente para atender à população existente. Além da Alternativa 2, que propõe a locação de seis novos assentamentos urba-



nos contíguos para 963.000 habitantes, com características que levarão, pelo menos ao dobro dessa população nos próximos 20 anos, estourando todas as previsões de equipamentos urbanos instalados, vejo com muita apreensão o problema criado pelos loteamentos dormitórios aprovados pelas autoridades locais dos Municípios mais próximos do DF.

Em 1976 já havia cerca de 400 loteamentos, com aproximadamente 340.000 lotes, dos quais 250.000 localizados no Município de Luziânia, suficientes para abrigar cerca de 2.000.000 de habitantes, muito mais do que toda a população atual do DF - 1.200.000 habitantes. Não obstante, o PEOT, que faz a opção por uma ocupação territorial do DF em sua Alternativa 2, com vistas ao ano 2000, não leva em consideração esses loteamentos fronteiriços e imediatos ao DF, alegando que "o tratamento das áreas ocupadas pelos parcelamentos urbanos do Município de Luziânia foi excluído, em função de não terem os mesmos sido estudados e analisados no presente trabalho".

O Plano em estudo é o da Organização Territorial do DF, mas não se pode ignorar mais de 2.000.000 de habitantes localizados em loteamentos dormitórios periféricos com a total dependência dos serviços e equipamentos urbanos do GDF.

Os estados e municípios que permitem esta especulação deveriam estar representados na equipe de técnicos que elaborou o PEOT.

Na falta dessa participação ou de uma solução imediata para os problemas resultantes dessa ocupação do solo indevida e agravante, o Governo Federal, através da Seplan ou de uma comissão especial, teria condições de evitar maiores problemas futuros, criando um instrumento de controle do uso do solo de toda a área geoeconômica, com especial consideração aos municípios mais próximos do DF.

d) "Valorizar a Região Geoeconômica de Brasília, com vistas à integração de sua economia no processo de desenvolvimento do país, e o seu abastecimento no que se refere aos gêneros de primeira necessidade, através do estímulo às atividades produtivas industriais, agroindustriais e agropecuárias".

Essa valorização exige ação imediata e deverá ser precedida por definições regional e sub-regional, estudos e planos setoriais, etc... pela conquista de incentivos fiscais, pelo estabelecimento de convênios com os municípios periféricos do DF e pela canalização de recursos financeiros existentes e a serem liberados para a implantação de novas frentes de trabalho, serviços e equipamentos urbanos e rurais nos municípios mais próximos da área geoeconômica.

O DF, como pólo de atração, faria a triagem para encaminhar o fluxo migratório para a periferia geoeconômica e seus respectivos mercados de trabalho. Enfim, "uma das preocupações do Programa PERGEB é a de evitar que Brasília venha a assumir o modelo de urbanização das grandes metrópoles brasileiras, comprometendo as suas funções de sede do Governo Federal e de indutora do desenvolvimento do Centro-Oeste" (Pg. 28 - PEOT Vol. I)

É possível que Brasília seja salva desse lamentável macrodestino, mas a uma distância apenas satélite, o PEOT, com a opção pela Alternativa 2, propõe uma semente bem adubada de uma megalópole composta por Ceilândia/Taguatinga e Gama, complementada por seis novos assentamentos urbanos distribuídos em 9.100 hectares de áreas anexas, nos próximos 20 anos.

É uma ofensa ao PERGEB e uma falta de respeito aos princípios que orientaram a concepção da estrutura urbana de Brasília, que, como Nova Capital, representa a motivação de tudo o que se fez, do que se faz e do que se fará de planejamento urbano e rural no âmbito desta Região Geoeconômica.

3. TRANSPORTE DE "MASSA"

Para a implantação de um sistema de transporte público rápido, eficiente e econômico, não é preciso criar ar-

tificialmente uma concentração urbana maior como propõe a Alternativa 2. Seria uma inversão de valores. O transporte urbano de "massa" é um aspecto importante dentro da atividade de planejamento urbano, mas é um projeto complementar como são os projetos de abastecimento e distribuição de água e energia, de coleta de águas pluviais e esgotos (infra-estrutura) e de paisagismo. Todos esses aspectos devem ser considerados na ordenação espacial de toda a área urbana, buscando com essas previsões viabilizar sem onerar posteriormente as soluções de seus projetos específicos.

A solução do transporte urbano e interurbano está diretamente relacionada com a população das fontes geradoras de tráfego e o número de viagens/dia sempre em função do menor custo possível para os seus usuários, sem prejuízo do bom atendimento durante as "peak hours".

Por falar em custo, seria aconselhável uma revisão na locação do eixo do transporte de "massa" proposta na Alternativa 2 do PEOT, porque, além de ter que assumir a desapropriação de uma grande parte dos núcleos rurais de Vargem da Bênção e Monjolo, com grandes benfeitorias, ela exige uma onerosa obra de engenharia para vencer as encostas do Córrego Monjolo e chegar até Ponte Alta e o núcleo satélite do Gama.

O conceito contemporâneo de cidade satélite é o de auto-suficiência em todos os sentidos, e apenas dependente do centro urbano maior no aspecto da administração superior. Naturalmente, essa auto-suficiência nunca é total. A experiência indica em geral uma média de 12% da população ativa que depende de empregos localizados fora da sua comunidade.

Assim como Lúcio Costa disse uma vez, em resposta a uma pergunta que lhe foi feita sobre a abertura da W2, "a solução não é facilitar o tráfego nesse setor, mas dificultá-lo", eu tomara a liberdade de opinar que a solução mais viável de transporte de "massa" do DF seria a de se incentivar com prioridade a intercomunicação direta entre os atuais e futuros núcleos satélites, com corredores de fácil acesso no sentido inverso ao da Cidade-Capital, em direção aos futuros mercados de trabalho, aos novos empregos da área geoeconômica. Esta opção teria que ser precedida da criação de condições auto-suficientes para os núcleos satélites, eliminando-se as suas atuais características de núcleos urbanos dormitórios. Possíveis acréscimos poderiam ser estudados sem ofender as estruturas urbanas existentes, observando com cuidado o limite máximo de saturação, para efeito de cálculo das áreas para o estabelecimento de indústrias locais e dos serviços e equipamentos urbanos necessários para a cada núcleo.

Essa auto-suficiência contribuiria também para aliviar a pressão da população satélite sobre os equipamentos urbanos de Brasília, facilitando o bem-estar social local com a fixação do morador satélite na sua órbita, resultando na natural diminuição do número de viagens/dia com destino a Brasília.

A exposição de todo o pensamento e do traçado preliminar da Alternativa 4 não cabe no espaço desta publicação, mas posso adiantar que ela CONDENA a concentração urbana acima referida e programada para uma população quatro vezes maior do que a da própria Cidade-Capital e PROPÕE uma solução para a ocupação territorial urbana e rural do DF inspirada nos princípios básicos que orientaram o projeto da sua motivação, criando condições para um melhor intercâmbio e relacionamento entre as suas Regiões Administrativas e proporcionando pleno atendimento às linhas principais de atuação do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília, visando incentivar a abertura de novas frentes de produção e a criação de novos empregos, serviços e equipamentos urbanos e rurais nos municípios mais próximos.

A meta principal é preservar a ocupação territorial do DF para a tomada de decisões mais favoráveis a uma conurbação descentralizada e ordenada para a convivência saudável cidade-campo e o bem-estar geral de nossa gente.

Gladson da Rocha
(arquiteto)